

PLANO DE AÇÃO 2022-2024

O compilado de normativos voltados à equidade de gênero e raça, nas instituições partícipes da Rede Equidade, cumpre com a ação de nº 3, do Plano de Ação da Rede Equidade 2022-2024. Foram realizadas consultas às instituições partícipes no ano de 2023, assim, o compilado abaixo registra apenas os dados captados a partir das respostas obtidas.

Realização: GT-1/2023

Andreia Siqueira (TJDFT)

Rodrigo Moraes (MPT)

Marcia Figueiredo (MME)

Compilado de normativos nas temáticas de gênero e raça nas instituições partícipes da Rede Equidade (2023)

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
Resolução Administrativa ANS N.º 82, de 21 de março de 2023 - Dispõe sobre a Política Integrada de Governança e Responsabilidade Socioambiental -ESG, na sigla em inglês - na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.
Guia ANS de Diversidade e Inclusão
CÂMARA DOS DEPUTADOS
Ato do Presidente Nº 6, DE 29/09/2021 Prorroga a vigência do Comitê Gestor Pró-Equidade da Câmara dos Deputados (Pró-Equidade) e regulamenta os atos por ele praticados.
Portaria nº 18, DE 06/02/2023 Cria o Comitê de Responsabilidade Social no âmbito da Câmara dos Deputados.
Ato da Mesa nº 239, DE 13/06/2022 Estabelece quantitativo mínimo de postos de trabalho a ser preenchido por mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar em contratos de prestação de serviços continuados da Câmara dos Deputados.
Portaria nº 90, DE 13/05/2022 Institui o Programa de Acompanhamento e Apoio à Mãe Nutriz (Pró-Mãe) na Câmara dos Deputados.
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
Portaria n. 127-CJF DE 8 de março de 2022. Institui a Ouvidoria da Mulher do Conselho da Justiça Federal.
Portaria CJF n. 196 de 27 de março de 2023. Dispõe sobre a Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Conselho da Justiça Federal.
Resolução CNJ N. 351, DE 28 de outubro de 2020 Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação .

Resolução CNJ N. 376, DE 2 de março de 2021. Dispõe sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional.
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (LEGISLAÇÃO NACIONAL)
Resolução N. 489, de 28 de fevereiro de 2023 - Altera a Resolução CNJ n. 453/2022, que institui o Fórum Nacional do Poder Judiciário para monitoramento e efetividade das demandas relacionadas aos povos indígenas e tribais (Fonit), com objetivo de elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema
Resolução n. 492, de 17 de março de 2023 – Estabelece, para adoção de Perspectiva de Gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário, as diretrizes do protocolo aprovado pelo Grupo de Trabalho constituído pela.
Portaria CNJ n. 27/2021, institui obrigatoriedade de capacitação de magistrados e magistradas, relacionada a direitos humanos, gênero, raça e etnia, em perspectiva interseccional, e cria o Comitê de Acompanhamento e Capacitação sobre Julgamento com Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário
Resolução No 540 de 18/12/2023: Altera a Resolução CNJ nº 255/2018 e dispõe sobre paridade de gênero, com perspectiva interseccional de raça e etnia, em atividades administrativas e jurisdicionais no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução 541/2023 Disciplina a instituição das comissões de heteroidentificação e o respectivo procedimento nos concursos públicos realizados no âmbito do Poder Judiciário, na forma prevista nas Resoluções CNJ nº 75/2009, 81/2009 e 203/2015.
Recomendação CNJ 85 de 12/01/2021 - Dispõe sobre a observância de composição paritária na formação das Comissões Organizadoras e das Bancas Examinadoras de concursos públicos para ingresso na magistratura.
Portaria CNJ N 15/2017 - Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres no Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução CNJ no 255/2018 - Instituiu a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.
Resolução Nº 270 de 11/12/2018 - Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.
Resolução Nº 254 de 04/09/2018 Institui a Política Judiciária Nacional de enfrentamento à violência contra as Mulheres pelo Poder Judiciário e dá outras providências.
Resolução Nº 284 de 05/06/2019 Institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco para a prevenção e o enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher.
Portaria CNJ 44/2020 - Institui Grupo de Trabalho destinado a avaliar mecanismos de maior participação das mulheres nos processos seletivos de ingresso à magistratura.
Resolução CNJ nº 376, de 02/03/2021 Instituir o emprego obrigatório da flexão de gênero no Poder Judiciário
Resolução Nº 418 de 20/09/2021 - Altera a Resolução CNJ nº 255/2018. Os tribunais deverão criar repositório online para cadastramento de dados de mulheres juristas com expertise nas diferentes áreas do Direito, para os fins de utilização nas ações concernentes à Política Nacional de que trata esta Resolução.

CNJ Resolução Nº 425 de 08/10/2021 Institui, no âmbito do Poder Judiciário, a Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades.
Resolução Nº 405 de 06/07/2021 Estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade , inclusive em prisão domiciliar e em outras formas de cumprimento de pena em meio aberto, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica e confere diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito do Poder Judiciário
CNJ - Resolução Nº 81 de 09/06/2009 - Dispõe sobre os concursos públicos de provas e títulos , para a outorga das Delegações de Notas e de Registro, e minuta de edital. § 1º Serão reservadas aos negros o percentual mínimo de 20% (vinte por cento) das serventias vagas oferecidas no certame de provimento, aplicando-se a Resolução CNJ nº 203, de 23 de junho de 2015. (redação dada pela Resolução n. 382, de 16.03.2021)
CNJ Resolução CNJ n. 203/2015 - Dispõe sobre a reserva aos negros , no âmbito do Poder Judiciário, de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura .
CNJ Resolução nº 336 de 29/09/2020 - Dispõe sobre a promoção de cotas raciais nos programas de estágio dos órgãos do Poder Judiciário nacional.
CNJ - Resolução nº 414, de 2 de setembro de 2021 . Estabelece diretrizes e quesitos periciais para a realização dos exames de corpo de delito nos casos em que haja indícios de prática de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes, conforme os parâmetros do Protocolo de Istambul, e dá outras providências.
CNJ Resolução Nº 405 de 06/07/2021 Estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade , inclusive em prisão domiciliar e em outras formas de cumprimento de pena em meio aberto, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica e confere diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito do Poder Judiciário.
Resolução CNJ n. 497, de 14 de abril de 2023 - Institui, no âmbito do Poder Judiciário Nacional, o Programa “Transformação”, estabelece critérios para a inclusão , pelos Tribunais e Conselhos, de reserva de vagas nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados para as pessoas em condição de vulnerabilidade.
CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Interno)
Resolução ENFAM 07/2023 : Estabelece normas para a realização do Exame Nacional da Magistratura – ENAM pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM e dá outras providências
Ato Normativo 00005090-13.2023.2.00.0000 regulamentação das comissões de heteroidentificação instauradas nos concursos públicos realizados no âmbito do poder judiciário. Aplicação às resoluções CNJ n. 75/2009, 81/2009 e 203/2015.
EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO
Política de Acessibilidade da Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC
Regimento Interno da EBC
Aprovado pela Resolução Nº 020/2001, de 26 junho de 2001 que criou a Comissão de Ética da Empresa - Código de Ética Profissional do Servidor da EBC
Código de Conduta e Integridade
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA
Portaria 61/GM, de fevereiro de 2018 . Instituir o Comitê Permanente para Questões de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas - Cogemnev (Em revisão)

Decreto N. 11. 492, de 17 de abril 2023 - Estrutura Regimental e o Quadro do Ministério de Minas e Energia
Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão do MME (2024-2027), Planejamento Estratégico da Gestão da Diversidade e Inclusão, Trabalho de Ação da Gestão de Diversidade e Inclusão (2024-2027) e Plano de Trabalho para 2024 (Em construção)
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
MPT Portaria PGT 2110.2023 - Institui a Política Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade no âmbito do Ministério Público do Trabalho.
SENADO FEDERAL
Comissão Diretora/ Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2016 - Institui o Programa de Assistência à Mãe Nutriz no Senado Federal.
APS 8/2018 - Ato da Primeira-Secretaria Dispõe sobre o procedimento para instrução preliminar de casos de assédio moral ou sexual no meio ambiente de trabalho do Senado Federal.
ATC 4/2016 - Ato da Comissão Diretora - institui o Programa de Assistência a Mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar.
Plano de Equidade de Gênero e Raça 2021/2023
Portaria da Diretoria-Geral nº 2511, DE 2015 - Instituir Comitê Permanente
Portaria da Diretoria-Geral nº 1865, DE 2020 - Instituir Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Instrução Normativa STJ/GP n. 15 de 25 de abril de 2022 . Institui cota para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica decorrente de violência doméstica e familiar nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Norma revogada por ocasião da publicação da Resolução CNJ n. 497, de 14 de abril de 2023
Instrução Normativa STJ/GP n. 16 de 13 de abril de 2023 . Regulamenta o Sistema de Governança Institucional de Direitos Humanos no Superior Tribunal de Justiça - Humaniza STJ
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Art. 15 da Portaria-TCU 396/2019 - Dispõe sobre os horários de funcionamento e de atendimento do Tribunal de Contas da União e sobre a gestão da frequência dos seus servidores.
Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019 - Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.

Portaria TCU nº 86/2022 - Institui o Comitê Técnico de Equidade, Diversidade e Inclusão (CTEDI).
Portaria-TCU Nº 184, de 08 de dezembro de 2022 - Altera a Portaria-TCU nº 9, de 18 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a realização de teletrabalho por servidores ocupantes de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Contas da União.
Portaria-TCU nº 67, de 08 de março de 2023 . Institui medidas para a promoção da equidade de gênero na ocupação das funções de liderança de nível estratégico-tático na Secretaria do Tribunal de Contas da União.
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
Portaria Conjunta 131 de 7 de dezembro de 2020 - Institui a Menção Honrosa para Magistrados por Tempo de Atuação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF.
Portaria GPR 514 de 19 de março de 2018 - Estabelece normas e diretrizes para localização e movimentação de servidores nas unidades organizacionais do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF.
Resolução Nº 270/2018 - Dispõe sobre o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais usuárias dos serviços judiciários, membros, servidores, estagiários e trabalhadores terceirizados dos tribunais brasileiros.
Portaria Conjunta 1 de 18 de janeiro de 2018 - Licença adotante
Portaria GPR 576 de 26 de março de 2019 - Regulamenta o disposto na Resolução CNJ 270, de 11 de dezembro de 2018, no âmbito do TJDF. Art. 1º Regular o uso do nome social pelas pessoas trans, travestis e transexuais , no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, em seus registros funcionais, sistemas e documentos, tratando-se porventura de magistrado, servidor, estagiário ou trabalhador terceirizado.
Portaria GPR 2184 de 15 de dezembro de 2020 - Define a lotação das unidades judiciárias de primeiro grau do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDF.
Portaria conjunta 63 de 05 de junho de 2020 - Altera a Portaria Conjunta 65 de 14 de junho de 2019. Art. 3º Acrescentar a alínea "c" ao inciso II do art. 2º da Portaria Conjunta 65 de 2019, que institui as linhas e sublinhas de pesquisa no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios . II -- Linha de Pesquisa Justiça Multiportas: c) Sublinha Mecanismos de Proteção de Idosos, Mulheres, Crianças e Adolescentes.
Portaria conjunta 91 de 01 de setembro de 2021 - Regulamenta o uso de linguagem simples e de direito visual no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF.
Resolução 10 de 24 de agosto de 2021 - Institui a Política de Gestão da Memória do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. (Inclui mediação cultural para eliminar barreiras de acesso que excluam raça, gênero, religião, diversidade cultural, nível educacional e classe social)
TJDF editais nº 01, de 22 de fevereiro de 2021 - programa de estágio - programa de cotas (PcD) e uso do nome social por candidato Trans
Provimento n. 73/2018 -Tornou menos burocráticas as regras para a mudança do nome e do gênero em suas certidões de nascimento ou casamento : um passo importante na afirmação da dignidade e honra da pessoa trans .
Edital nº 01, de 22 de fevereiro de 2021 - processo seletivo de estagiário - Ficam reservadas 30% das vagas oferecidas nesta seleção aos candidatos que se autodeclararem negros ou pardos , que participarão em igualdade de condições com os demais candidatos, conforme Decreto n.º 9.427, de 28 de junho de 2018
Portaria conjunta 90 de 20 de agosto de 2020 - Institui o Programa Pró-Equidade e Diversidade no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

Portaria conjunta 120 de 27 de dezembro de 2021 - atualiza a composição e as atribuições da Comissão Multidisciplinar de Inclusão – CMI do TJDF.
Portaria conjunta 30 de 23 de abril de 2021 - resolução 6 de 19 de abril de 2022 Institui o Código de Ética e Conduta do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF.
Portaria conjunta 61 de 02 de maio de 2022 - Regulamenta o funcionamento do Comitê de Governança e Gestão da Ética e da Integridade – COGEI e os respectivos procedimentos de consulta sobre conflitos de interesses e de apuração do potencial desvio de conduta ética.
Portaria conjunta 59 de 26 de abril de 2022 Institui a Rede de Acolhimento do Noticiante de Assédios Moral, Sexual e Organizacional, e Discriminação - Rede de Acolhimento do TJDF.
Portaria conjunta 31 de 23 de abril de 2021 Institui a Comissão de Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual - CEAMS no TJDF.
Resolução 4 de 13 de julho de 2020 - Institui a Política de Integridade do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios - TJDF.
Portaria conjunta 105 de 22 de agosto de 2023 - Institui reserva de vagas para mulheres em condição de vulnerabilidade econômico-social nos contratos de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.
Acordo de Cooperação Técnica para fins de estabelecimento de mútua cooperação técnica entre os partícipes para o atendimento, o acolhimento, o encaminhamento e a reparação dos danos causados às vítimas diretas e indiretas de violência, no âmbito do centro especializado de atenção às vítimas à CEAV. (Distrito Federal, por intermédio da secretaria de estado de justiça e de cidadania do distrito federal - SEJUS/DF)
Acordo de Cooperação com a finalidade de desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas entre os partícipes visando à realização de cirurgias plásticas e reparadoras em mulheres, crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar, quando a seqüela resulta de crime ou ato infracional.
Termo de Cooperação 020/2022 com a finalidade de estabelecer parceria, configurado o interesse mútuo entre o TJDF e a secretaria de estado da mulher do Distrito Federal - SMDF, visando a implementação de cotas nos contratos de prestação de serviços terceirizados destinados a mulheres em situação de violência doméstica e familiar na forma do artigo 5º da lei 11.340/2006.
Termo de Cooperação 05/2021 tem por objeto estabelecer um regime de cooperação mútua entre os partícipes, visando à atuação em conjunto na divulgação, promoção e formação acerca da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) e dos direitos das mulheres em situação de violência doméstica, afetiva e familiar tendo como público-alvo a comunidade escolar (profissionais da educação, estudantes, familiares, responsáveis e outros) das escolas públicas do distrito federal e profissionais que atuam nas instituições partícipes, no âmbito do programa maria da penha vai à escola: educar para prevenir e coibir a violência contra a mulher.
01/2007 - Criação e implantação de programa de segurança preventiva para ofendidas em medida protetiva de urgência - MPU, no âmbito das varas especializadas em violência doméstica e familiar contra a mulher do DF, bem como nas demais detentoras de competência na matéria em questão, por meio da atuação integrada entre os partícipes.

Acordo de Cooperação Técnica 012/2018 para formalizar as condições básicas para se estabelecer a mútua cooperação dos acordantes visando ao **acompanhamento psicossocial** a ser prestado de forma gratuita pelos estudantes do curso de psicologia do centro de ensino unificado do distrito federal - udf **às partes envolvidas em situação de violência doméstica e familiar contra a mulher**, as quais serão indicados pelos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher do gama e de santa maria.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 13a. Região

[Ato TRT13 SGP nº 041, de 09 de fevereiro de 2023](#) - Institui o **Programa de Formação de Lideranças Femininas** - EMPODERA TRT13 no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

[Ato TRT13 SGP N.º 051, de 08 de março de 2023](#) - Estabelece reserva de vagas para mulheres nos contratos de prestação de serviços continuados e terceirizados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

[Ato TRT13 SGP n.º 055, de 15 de março de 2023](#) - Institui o **Programa de Assistência à Maternidade Gentil** no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

[Ato TRT13 SGP n.º 052, de 06 de março de 2023](#) - Dispõe sobre a **indicação proporcional entre homens e mulheres** para os cargos em comissão, assessoramento e funções de confiança do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região

[Ato conjunto TRT13 SGP-EJUD nº 001, de 06 de março de 2023](#) - Dispõe sobre a disponibilização de **vagas de forma proporcional entre homens e mulheres** nos cursos de formação e de capacitação ofertados pela Escola Judicial - EJUD13.

[Ato TRT13 SGP n.º 033, de 27 de janeiro de 2023](#) - Dispõe sobre a criação do **Programa Empregabilidade na Diversidade do TRT13** e do Selo Diversidade e Inclusão Social, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

[Ato TRT13 SGP n.º 020, de 13 de janeiro de 2023](#) - Estabelece as atribuições dos ocupantes dos cargos de **Assessor(a) de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos e de Coordenador(a) de Projetos Sociais e Promoção dos Direitos Humanos**.

[Ato TRT13 SGP n.º 031, de 27 de janeiro de 2023](#) - Dispõe sobre o **reconhecimento da identidade de gênero, o uso do nome social e a utilização de banheiros, vestiários e demais espaços**, em compatibilidade com o gênero de identificação, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

[Ato TRT13 SGP n.º 033, de 27 de janeiro de 2023](#) - Dispõe sobre a criação do **Programa Empregabilidade na Diversidade do TRT13** e do Selo Diversidade e Inclusão Social, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.

[Ato TRT13 SGP n.º 066, de 12 de abril de 2023](#) - Institui o **Programa Carbono Neutro** no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região e dá outras providências.

Resolução administrativa TRT13 n.º 104/2022 - Estabelece a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual, buscando promover um ambiente de trabalho digno, saudável, seguro e sustentável, atento às diretrizes da organização do trabalho e das relações intersubjetivas entre magistrados, servidores, estagiários e terceirizados no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.
Resolução administrativa n.º 002/2022 - Aprova a Política de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região.
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
Resolução nº 23.659/2021 - Dispõe sobre a gestão do Cadastro Eleitoral e sobre os serviços eleitorais que lhe são correlatos, contemplando campos para identidade de gênero, nome social, raça.
Resolução 23609/2019 - Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatas e candidatos para eleições
Portaria 367/22 - Institui a Comissão de Promoção de Participação Indígena no Processo Eleitoral
Portaria nº 230/2022 - Institui a Comissão de Promoção de Igualdade Racial no âmbito da Justiça Eleitoral
Portaria nº 755/2022 - Fixa o momento do término do registro de candidatura para aferição dos percentuais mínimos de repasse de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha previsto na Res. 23;605/2010
Resolução 23.652/2018 - Acrescenta e altera dispositivos para inclusão de nome social para pessoa travesti ou transexual
Portaria 791/2022 - Institui a Comissão Gestora de Política de Gênero no TSE, vinculada à Presidência
Guia sobre o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou demais designações na comunicação social e institucional do Poder Judiciário nacional.
Resolução nº 23.609, de 18 de dezembro de 2019. — Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br) Dispõe sobre a escolha e o registro de candidatas e candidatos para eleições
Resolução nº 23.562, de 22 de março de 2018. — Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br) Acrescenta e altera dispositivos para inclusão de nome social para pessoa travesti ou transexual
Portaria nº 791, de 10 de outubro de 2019. — Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br) – Institui a Comissão Gestora de Política de Gênero no TSE, vinculada à Presidência
Portaria nº 738, de 11 de agosto de 2022. — Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br) Dispõe sobre a Medalha Eleitoral Almerinda Gama no âmbito do TSE. Guia de Linguagem Inclusiva TSE_mar-2023.pdf
Resolução nº 23.659, de 26 de outubro de 2021. — Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br) Dispõe sobre a gestão do Cadastro Eleitoral e sobre os serviços eleitorais que lhe são correlatos.
Portaria nº 230, de 08 de março de 2022 — Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br) Comissão de Promoção de Igualdade Racial no âmbito da Justiça Eleitoral

Portaria nº 367, de 12 de abril de 2022. — Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br) Institui a Comissão de Promoção de Participação Indígena no Processo Eleitoral
Portaria nº 755, de 15 de agosto de 2022 — Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br) Fixa o momento do término do registro de candidatura para aferição dos percentuais mínimos de repasse de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha – FEFC, de modo a conferir maior Segurança Jurídica à interpretação do art 6º da REs.23.605/2019
<u>Cartilha - Expressões racistas : como evitá-las</u> (tse.jus.br)
<u>Termo de Cooperação Técnica Zumbi dos Palmares 11/2023</u>